

Ata número seis

De acordo com o ponto 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º75/2008, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, conjugado com a alínea a) do artigo 4.º do Regulamento Interno em vigor, reuniu o Conselho Geral para uma reunião ordinária no dia vinte e três de março de dois mil e vinte e três, às dezoito horas e trinta minutos, na sala um ponto trinta e três, com a seguinte ordem do dia:

Ponto um: Aprovação do relatório e contas de gerência de 2021;

Ponto dois: Definição das linhas orientadoras para elaboração do orçamento de 2023;

Ponto três: Apreciação do relatório intermédio de execução do Plano Anual e Plurianual de Atividades;

Ponto quatro: Nomeação de uma comissão eleitoral referente ao Orçamento Participativo das Escolas, de acordo com o ponto 1 do artigo 7.º do despacho n.º436-A/2017 de 6 de janeiro do gabinete do Ministro da Educação;

Ponto cinco: Outros assuntos.

Deu-se início à reunião, com a presença de catorze Conselheiros, tendo os Conselheiros que não compareceram justificado a sua ausência.

O Presidente do Conselho Geral começou por colocar à votação a alteração da ordem do dia, relativamente à convocatória inicial com a inclusão de dois novos pontos, pontos três e quatro, por necessidade de calendário. Por unanimidade dos elementos presentes a ordem do dia passou a ser a que consta nesta ata. Relativamente ao ponto um da ordem do dia, o Presidente do Conselho Geral deu a palavra à Diretora do Agrupamento, Ilda Ferreira, na sua qualidade de Presidente do Conselho Administrativo, para que explicasse resumidamente o Relatório de Contas, que também foi enviado a todos os Conselheiros aquando do envio da convocatória, e informou que quer a Diretora do Agrupamento, quer a Conselheira Arminda Bastos, membro do Conselho de Administração do Agrupamento, estariam disponíveis para prestar os esclarecimentos necessários.

A Diretora do Agrupamento começou por fazer o enquadramento legal do Relatório de Contas e os princípios gerais que a ele subjazem, lembrando que o orçamento em análise se refere ao ano civil e não ao ano letivo. De seguida, apresentou o documento, explicando minuciosamente cada rubrica, realçando as receitas resultantes das várias fontes de financiamento e as despesas apresentadas de acordo com as respetivas rubricas.

Após a apresentação do resumo do documento, o Presidente do Conselho Geral colocou-o à discussão.

Dado que não houve qualquer questão por parte dos presentes, o Relatório e Contas de Gerência de dois mil e vinte e dois foi colocado a votação, sendo aprovado por unanimidade.

Deu-se, então, início à análise do ponto dois, tendo o Presidente do Conselho Geral apresentado as linhas orientadoras que constam de um documento previamente enviado a todos os Conselheiros, não tendo existido qualquer objecção ou sugestão sobre o mesmo. Assim sendo, o citado documento irá ser entregue à direcção do Agrupamento para que as linhas nele definidas sejam observadas.

Relativamente ao ponto três da ordem do dia o Presidente do Conselho Geral deu a palavra à Conselheira Ana Oliveira na qualidade de Coordenadora do Plano Anual e Plurianual de Atividades.

A Conselheira Ana Oliveira referiu que o relatório evidencia a análise das atividades realizadas no período que medeia entre o dia um de setembro de dois mil e vinte e dois e o dia dois de março de dois mil e vinte e três e fez a análise do ponto de vista estatístico das atividades inseridas na plataforma INOVAR PAA até à data suprarreferida. O Presidente deste órgão aproveitou para lembrar que todos os Conselheiros poderão ter acesso à plataforma, de modo a consultar as atividades inseridas. Continuando, a Conselheira Ana Oliveira apresentou as seguintes conclusões:

-estatisticamente, a análise tem em linha de conta os indicadores mais pertinentes para uma análise global e os que se encontram indexados ao Projeto Educativo e recai sobre um total de cento e noventa e sete atividades propostas e aprovadas pelo Conselho Pedagógico das quais já foram realizadas cento e uma. No primeiro semestre foram propostas e aprovadas noventa e quatro atividades, no segundo semestre sessenta e sete;

-nas atividades por nível/ciclo/ano de ensino, o maior número de atividades foi/será realizado pelos alunos do ensino secundário. Importa realçar que há uma distribuição equilibrada do número de atividades realizadas nos restantes anos escolares;

-a análise dos dados da plataforma permite ainda inferir que, das diferentes estruturas proponentes, o Departamento do Primeiro Ciclo, a Coordenação dos Cursos Profissionais e Secção Especializada de educação física se destacam pelo número de atividades realizadas. Todavia é de ressaltar que também as restantes estruturas do Agrupamento promoveram ao longo deste semestre atividades de diversas tipologias, no sentido de contribuir para a formação pessoal e académica de todos os envolvidos, procurando fazê-lo através de eventos criativos, dinâmicos e mobilizadores de um maior número de alunos e de uma maior diversidade de saberes;

-relativamente às saídas ao estrangeiro, referiu a participação nos programas Erasmus + Vet – Sevilha, Erasmus + Ensino Escolar, Erasmus+Adultos e as viagens ao estrangeiro (a Londres e Madrid);

-considerando os objetivos e as metas definidos no Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro (AEFC), constata-se que, na sua maioria, as atividades orientam o seu desenvolvimento no sentido da consecução do Eixo I “Ação Pedagógica” do Projeto Educativo.

-o Agrupamento apresenta, no período em análise, um Projeto Anual e Plurianual (PAPA) dinâmico, mobilizador e integrador das aprendizagens dentro e fora da sala de aula, mostrando assim uma preocupação fundamental que consiste em formar cidadãos no verdadeiro sentido da palavra: jovens com formação científica, humanística, crítica e interventiva com vista a um futuro de sucesso e corresponsabilização ativa;

-o Agrupamento mantém também uma vincada parceria com a autarquia em termos de oferta de integração curricular para o ensino pré-escolar e para o 1º ciclo;

Em conclusão, a Conselheira Ana Oliveira lembrou que é vital continuar a reforçar a articulação com as entidades educativas parceiras, nomeadamente com aquelas em que o projeto curricular do Agrupamento se enquadre.

Para terminar, a Conselheira Ana Oliveira explicou como se pode consultar e obter todas as informações através da página do PAPA no programa Inovar, de modo que os novos Conselheiros possam familiarizar-se com a mesma.

O Presidente do Conselho Geral questionou sobre a monitorização e avaliação destas actividades, sendo esclarecido que a monitorização é efectuada ao longo do ano e as avaliações das mesmas serão efetuadas no final do ano.

O Conselheiro Albino Martins quis saber se a situação das greves em curso tem ou não influenciado o número de actividades realizadas, sendo esclarecido que não, atendendo ao profissionalismo e dedicação de todos os intervenientes, pelo compromisso assumido sobre a realização dessas actividades e pela sua relevância para a formação dos nossos alunos.

Uma vez que nenhum outro Conselheiro quis intervir, procedeu-se à apreciação intermédia da execução do Plano Anual e Plurianual de Actividades, de forma positiva, por unanimidade.

O Presidente do Conselho Geral lembrou que, para rentabilizar os espaços da Escola e reduzir os custos, muitas das actividades decorrem no espaço escolar, nomeadamente a Sala Polivalente Ivone Ferreira, e realçou a importância que as mesmas têm na formação profissional e pessoal dos jovens estudantes.

Relativamente ao ponto quatro da ordem do dia, o Conselho Geral nomeou uma comissão eleitoral no âmbito do Orçamento Participativo das Escolas, composta pelo professor António Paulo dos Santos Martins e pelos alunos Diana Gomes Sousa do 12.º ano TG, José Paulo Almeida Gomes do 12.º ano TGPSI e Mariana da Silva Brandão do 12.º ano turma A. Esta comissão irá acompanhar o processo eleitoral que irá realizar-se no dia vinte quatro de março, entre as nove horas e as quinze horas, através de votação on line.

No que se refere ao ponto cinco da ordem do dia, a Conselheira Arminda Bastos, solicitou ao Conselheiro Rui Luzes (Vereador da Câmara Municipal) informações sobre o atraso referente às transferências de verbas do Município para o Agrupamento, visto não ter sido efectuada qualquer transferência de verba durante este ano civil. O Conselheiro Rui Luzes solicitou que fosse enviado por correio electrónico um pedido de

esclarecimentos sobre o assunto, comprometendo-se, no entanto, a verificar qual a razão do atraso. A Conselheira Teresa Silva, questionou se esse atraso na transferência de verbas poderia afetar de alguma forma as actividades que envolvem os alunos. A Conselheira Arminda Bastos esclareceu que não afeta essas atividades, porque a Escola tem assumido esses custos.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi assinada de acordo com a lei.

A Secretária :

O Presidente do Conselho Geral :